

## ***De Ceuta ao Japão: A rede imperial portuguesa***

Teotónio R. de Souza\*

[in *Santa Barbara Portuguese Studies*, Vol. III: 1996, pp. 298-322]

Luís Filipe F.R. Thomaz, *De Ceuta a Timor*, Lisboa: Ed. Difel, 1994, pp. 778 (inclui um mapa genealógico das famílias reais da península ibérica nos séculos XIV-XV na p. 104, uma lista das publicações do autor nas pp. 729-35, índices antroponímico, toponímico e temático nas pp. 741-774, e um índice de matérias no fim ).

Sanjay Subrahmanyam, *The Portuguese Empire in Asia, 1500-1700: A Political and Economic History*. London: Longman, 1993. xiii + 320 pp., mapas, quadros estatísticos, notas de apoio e bibliografia. Já saiu no entanto uma versão portuguesa intitulada *O império asiático português, 1500-1700: Uma história política e económica* (Trad. Paulo Jorge Sousa Pinto), ed. Difel, Lisboa, 1995.

-----

-----

As duas obras que aqui vamos tentar avaliar foram recentemente galardoadas com o prémio «D. João de Castro» da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses de Lisboa. Ao lado das interdependências, os dois autores não deixam de apresentar visões pessoais bem distintas, uma mais portuguesa e ocidental, outra mais indiana e asiática. Respeitamos a ordem das gerações e interdependência, e não a ordem cronológica da publicação das obras. Mesmo com o segundo critério, teríamos que começar com Luís Filipe Thomaz, porque os seus ensaios são muito anteriores à data da colectânea de que fazem parte. Um maior distanciamento dos acontecimentos, as profundas alterações nos contextos políticos, bom aproveitamento das fontes e estudos monográficos já existentes, e mais especialmente os contactos pessoais e a abertura mental dos dois autores para com o Ocidente e o Oriente, permitiram aos dois historiadores produzir estas sínteses distintas e aparentemente bem equilibradas. São evidentes as características individuais, que resultam da formação profissional e das raízes culturais de cada um. Luís Filipe Thomaz não consegue libertar-se do seu vocabulário católico, nem sacudir inteiramente o tradicional e emocional patriotismo português. Sanjay Subrahmanyam revela-se muito mais à vontade no pluralismo cultural em que os indianos nascem e crescem. Enquanto Deus e o demónio figuram entre as preocupações metodológicas de Luís Filipe Thomaz, o tratamento histórico de Sanjay Subrahmanyam é mais descontraído e não sofre de complexos culturais ou patrióticos. A sua formação académica nas ciências económicas manifesta-se na sua capacidade de compreender melhor os ciclos e as crises de

desenvolvimento histórico em função das realidades económicas subjacentes. Esta sua capacidade de simplificar a complexidade dos processos históricos constitui, todavia, um perigo de «reduccionismo bicausal», para o qual chamei já a atenção numa recensão anterior<sup>1</sup>.

Escrevia o celebrado mestre da historiografia dos Descobrimentos portugueses, Professor Luís de Albuquerque, alguns anos antes da sua morte (a cuja memória Luís Filipe Thomaz dedicou a sua colectânea) que os Descobrimentos e a Expansão marítima portuguesa não foram feitas pelos professores das Universidades. Após uns quarenta anos da sua experiência no campo, o Professor Albuquerque lamentava nos historiadores (geralmente professores universitários) a sua decrescente credibilidade na historiografia dos Descobrimentos!<sup>2</sup> Ele encontrara pouquíssimas excepções. Se Luís Filipe Thomaz fez parte do grupo da redacção da prestigiosa revista científica *Mare Liberum*, iniciada sob a inspiração e direcção do Professor Luís de Albuquerque (o qual o convidou também para colaborar no seu *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*), era porque Luís Filipe Thomaz tinha merecido a aceitação e a confiança do mestre. Já desde os anos 70, Luís Filipe Thomaz começara a produzir alguns artigos valiosos de investigação histórica, como se vê por alguns que foram incluídos na presente colectânea. Em 1975, Luís Filipe Thomaz foi nomeado sócio correspondente da Academia Portuguesa de História. Não importava que Luís Filipe Thomaz fosse então somente um jovem Licenciado em História, e com alguns cursos de formação em Línguas Orientais em Paris para ver reconhecido o seu mérito como investigador de bom calibre. Conheci Luís Filipe Thomaz quando ele participou no primeiro seminário internacional de história indo-portuguesa (=SIHIP), realizado em Goa em Dezembro de 1978. Ele era então docente na Faculdade de Letras de Lisboa. Organizei em Goa em 1983 o 3º seminário dessa série, e em 1994 o 7º seminário da série.<sup>3</sup> Participei em todos os outros encontros. Luís Filipe Thomaz foi um dos outros raros participantes sempre presentes, e com uma contribuição progressivamente mais distinta e mais capaz de elucidar os mistérios da história portuguesa. Infelizmente, a política de participação nesses seminários nem sempre permitiu uma representação mais adequada de historiadores, portugueses ou outros, mas com todas as suas limitações orgânicas, este projecto de seminários tornou-se uma plataforma internacional para uma historiografia crítica e equilibrada da Expansão portuguesa no Oriente, e conseguiu livrar-se bastante cedo dos complexos colonizadores-colonizados. Já não se sentia a necessidade de sustentar o patriotismo português do Estado Novo, nem o pan-asiatismo exaltado de K.M. Panikkar. Embora, como ficou dito, com uma produção que vem de mais longe, Luís Filipe Thomaz representa o que

saiu de melhor da produção historiográfica de SIHIP, e estou convencido de que ele se tornou assim mais conhecido e apreciado fora dos círculos restritos de historiadores de Portugal e de Paris.

O currículo de Luís Filipe Thomaz inclui a sua docência num seminário em Timor, a sua colaboração na revista *Communio* e contribuições frequentes sobre temas de história da Igreja. Estes são alguns indicadores da sua profissão cristã leiga supra-normal, que influencia profundamente a sua metodologia de trabalho e determina as suas premissas epistemológicas, não podendo ser considerado como faceta de personalidade ou de carácter puramente privada. Luís Filipe Thomaz não hesita em confessar no Proémio o seu irrequietismo intelectual, e considera-se um *Don Juan* mental, sempre a saltitar de tema para tema, produzindo somente achegas, de que na verdade muitos têm beneficiado, especialmente na Universidade Nova de Lisboa a que está ligado, e onde continua a ser a peça-chave do programa de Mestrado na história da Expansão. Luís Filipe Thomaz refere e agradece no prefácio a iniciativa da sua colega Dr.<sup>a</sup> Maria Augusta Lima Cruz, que motivou a publicação desta colectânea de dezassete artigos dispersos em revistas pouco acessíveis.

Conhecem-se alguns artigos de Luís Filipe Thomaz traduzidos para o inglês (publiquei um deles),<sup>4</sup> ou escritos em colaboração com Sanjay Subrahmanyam,<sup>5</sup> e outros tantos e uma obra co-editada em francês.<sup>6</sup> Por estas razões sou de opinião que os autores portugueses deviam, sempre que pudessem, publicar traduções dos seus trabalhos em línguas que permitem maior divulgação. Luís Filipe Thomaz é talvez mais conhecido hoje internacionalmente graças aos trabalhos do historiador indiano Sanjay Subrahmanyam, cujos atraíram bastante atenção, e manifestam apreciável dependência nos trabalhos de Luís Filipe Thomaz. Sanjay Subrahmanyam reconhece a influência do «mais importante historiador português do Estado da Índia nos nossos dias» e «cujas ideias estimulantes estão reflectidas aqui e insuflaram um sopro vital no nosso projecto».<sup>7</sup> Não deixa de o repetir sequer nas suas dedicatórias, prefácios, notas de apoio, e bibliografias. Para aqueles que não leram Luís Filipe Thomaz em primeira mão fora de Portugal, estas referências não revelam suficientemente o que se lhe deve de original. É notável e está suficientemente reconhecido o contributo original de Sanjay Subrahmanyam para a compreensão da história dos portugueses no Oriente. Quem o tiver lido antes, encontrará pouca novidade nos ensaios desta colectânea (com a excepção dos estudos sobre Goa e Timor) de Luís Filipe Thomaz, agora mais acessível do que os vários ensaios individuais nela incluídos. Só a consulta dos estudos de Luís Filipe Thomaz numa versão inglesa permitiria aos leitores já familiarizados com os estudos de Sanjay Subrahmanyam

apreciar a originalidade da contribuição de Luís Filipe Thomaz. Isso não impede que muitas vezes o Luís Filipe Thomaz citado nos estudos de Sanjay Subrahmanyam seja uma mera filtração à *la Thomaz* do melhor que já existia na historiografia portuguesa sobre os temas em questão.<sup>8</sup>

Quem lê estes ensaios não poderá deixar de ficar impressionado com a argumentação escolástica, a erudição impressionante, e um expressionismo estilístico próprios do autor. Um leitor bem informado, atento, e crítico poderá de certo encontrar alguns pontos discordantes e questionáveis. Estes resultam *em geral* da extensão geográfica que o autor tenta abarcar, e provam que os contactos pessoais efémeros com um outro país e povo, particularmente de cultura muito diferente da própria, não permitem pronunciar-se com a autoridade desejável sobre todos os aspectos da história e cultura ultramarina. Uma vivência cultural prolongada e um conhecimento de línguas locais (mais do que “*working knowledge*”) são requisitos indispensáveis para uma reconstrução histórica satisfatória. Luís Filipe Thomaz apresenta rigor persistente nos seus estudos. Mas não foi raro em Portugal ouvir afirmações gratuitas e opiniões atrevidas sobre o Oriente, derivadas do complexo colonialista dum *firangi* ou *pakló*.<sup>9</sup> Muitos dos que serviram no ultramar, e ainda alguns dos seus descendentes, sentem-se auto-doutorados nos assuntos ultramarinos.

Luís Filipe Thomaz diz no seu Proémio que ele pretende atender mais às lacunas documentais do que produzir uma síntese comparável à de Vitorino Magalhães Godinho. Reconhece a importância e complementaridade dessas duas funções. Não foge à interpretação, mas pretende, ao contrário de muitos, a quem acusa de preconceitos partidários e ideológicos, não deixar nem Deus nem o diabo influenciar a sua compreensão da *Gesta Portugalensium*. Escolhe, porém, opor-se a essas interpretações apaixonadas invocando motivos religiosos e a sua admiração pela tradição monástica beneditina e franciscana. Consegue assim fazer do seu Proémio uma prédica litúrgica dirigida a fiéis confrades. Os historiadores portugueses talvez estejam habituados a esse tipo de discurso, ainda que não participem devotamente da sua profissão de fé. Mas seria uma forma pouco aconselhável de se dirigir à uma audiência internacional e multicultural. A determinação de Luís Filipe Thomaz em não seguir os rumos “cor-de-rosa” ou de “lenda negra” de que é acusada uma grande parte da historiografia de expansão colonial é certamente um propósito louvável e bem-vindo, embora não seja sempre de fácil cumprimento. O próprio autor considera-se algumas vezes ter razão (o que pode resultar de condicionamentos afectivos e culturais) para tirar certas conclusões que a nós parecem justificativas e patrióticas, sem realmente se afastarem de subtis aproximações “cor-de-rosa”. Isso

acontece especialmente quando prefere ignorar ou excluir interpretações dos historiadores não metropolitanos, que porventura considerou divergentes ou desrespeitantes do seu *universalismo* (que aliás admite ser somente de *moldes menos etnocêntricos*). Há casos óbvios dessas falhas, apesar da profissão da fé e dos bons propósitos, mas o próprio autor confessa (e não julgamos que seja somente modéstia estilística) que *errare humanum est*, e que no melhor pano cai a nódoa.

A colectânea não deixa de apresentar uma coesão interna e progressão temática (do genérico para o específico, e do território nacional para o Oriente) na Expansão portuguesa. Há várias repetições de ideias, especialmente nos primeiros seis ensaios. Se os ensaios fossem editados como capítulos dum livro, talvez se evitassem estas repetições e se reduzisse o volume ao essencial. Mas as repetições têm um valor positivo: servem para acentuar o que o autor considera como o seu entendimento pessoal e original dum assunto. Só que no caso dos últimos ensaios, o contributo se torna por vezes demasiado pessoal e subjectivo, manifestando alguma paixão e desrespeitando o rigor de objectividade e “positivismo” anunciados como pontos de partida. É certamente uma tarefa difícil (e para a maioria dos portugueses quase impossível?) chegar a um distanciamento emocional, quando se trata, por exemplo, da questão de Timor. Houve uma situação deste tipo durante muito tempo sobre o caso de Goa, mas com o tempo parece ter diminuído o trauma.<sup>10</sup> O autor teria sido mais coerente não se metendo a tratar assuntos relativamente contemporâneos e susceptíveis de provocar controvérsia política e emoções nacionalistas. Mas mesmo assim Luís Filipe Thomaz não deixa de contribuir para um debate útil com os conhecimentos e opiniões que aduz sobre Goa e Timor.

No primeiro ensaio sobre “Expansão portuguesa e Expansão europeia: reflexões em torno da génese dos Descobrimentos”, Luís Filipe Thomaz debruça-se sobre as causas da expansão portuguesa, realçando o que ela tem de específico e também o que tem de comum com o expansionismo europeu. Enquanto põe em dúvida a causalidade exclusiva da pobreza ou de pressões demográficas, dá-nos uma longa listagem de factores, que durante vários séculos, e conjuntamente, contribuíram para o expansionismo precoce de Portugal. Facilita-nos mais a compreensão reduzindo esses factores a três principais categorias, ou a três vectores, nomeadamente: 1º. A crise da nobreza perante o seu “desemprego” e os problemas demográficos da mão-de-obra, procurando novos campos prometedores de saque e glória; 2º. A crise da classe mercantil (confirma que a “burguesia” em Portugal não se apropriou do Estado, nem impôs os seus valores, nem mesmo criou uma consciência autónoma de classe) face à saturação dos mercados tradicionais, procurando a diversificação

qualitativa de produtos e novos mercados para investimento de lucros acumulados; e as ambições da nobreza, que também viu abrirem-se para si possibilidades de lucros num comércio pacífico; 3º. As ambições da coroa em se afirmar perante pressões do exterior e de conflito social no interior. Esse último elemento é considerado como o mais responsável e decisivo pelo carácter de “modernidade” e continuidade do projecto da expansão portuguesa. Luís Filipe Thomaz vê a expansão portuguesa como uma opção que permitia escapar confrontos perigosos com Castela e reduzir os custos das aventuras marroquinas. Portugal podia optar somente pela «expansão barata» no vazio Atlântico («mares nunca dantes navegados»), muito mais acessível quer do ponto de vista geográfico, quer do financeiro. Guia-nos à luz de factos históricos já suficientemente conhecidos das fases e características da expansão marroquina, guineense, e da combinação das duas. Acentua talvez demasiado os excessos teóricos de António Sérgio (o qual aliás se considerou sempre um ensaísta, sem as menores pretensões a historiador) e sustenta a tese do “cavaleiro-mercador” de Vitorino Magalhães Godinho para distinguir o *arcaísmo das instituições e formas de pensar* portuguesas da expansão burguesa mais autêntica dos países nórdicos da Europa. Luís Filipe Thomaz parece assim fazer concessões à posição que assumiu maior extremismo em Van Leur, Steensgaard e Pearson, mas que é fortemente contestada por Sanjay Subrahmanyam, 11 o qual defende a continuidade do pragmatismo holandês e inglês, recusando identificar o enorme sucesso desses rivais portugueses com uma diferença metodológica enorme no seu funcionamento.

O segundo ensaio, sobre “A evolução da política expansionista portuguesa na primeira metade de quatrocentos”, pode ser considerado como fundamental dentro da temática. O autor pretende afastar-se da tese nacionalista, considerada individualista e heróica, da expansão. A Expansão portuguesa não foi um processo exclusivamente voluntarista de uns tantos heróis nacionais: Conhece tentativas frustradas e projectos abortados, e os dirigentes são muitas vezes forçados a abandonar projectos a que obstinadamente se agarravam e a trocá-los por novos rumos. Mas nem por isso o autor quer deixar-se levar pela corrente “socializante” e economista, que não reconhece o papel determinante dos indivíduos. Prefere adoptar como modelo um cruzamento das linhas e convergência de conjunturas e estruturas, e de estruturas e factos, nos quais o elemento racional não deixa de ser decisivo. É assim que vê o papel dirigente dos monarcas portugueses condicionado por atracções e problemas de envolvimento em Granada e Marrocos, durante vários séculos. O infante D. Henrique não sobressai neste contexto como um sábio renascentista, como foi muitas vezes celebrado, e apresenta traços dum cavaleiro medieval com uma fixação por Marrocos. Foi necessário o desastre de

Tânger e o cativo e morte dum Infante para o dissuadir em parte e para empurrá-lo para o Atlântico. Luís Filipe Thomaz discorda do “Plano henriquino das Índias”, que J. Bensaúde e alguns outros defenderam, pois que não se podia ainda chamar um plano da *Índia*. Admite ter subsistido o projecto de cruzada e da aliança com o Preste João durante muito tempo, mas numa forma “modernizada” de D. João II e de D. Manuel. Refere o curioso e revelador caso da *Carta das Novas* de D. Manuel I, concluindo que foi somente com o advento de D. João III que se abandonou de vez a ideia de cruzada a Jerusalém, embora se mantivesse a ideologia de cruzada global. Volta a repetir a ideia da expansão desbloqueante, «única saída desejável para os problemas político-sociais do Reino», deixando-nos concluir que era portanto uma solução de recurso com todas as suas consequências. Mas Luís Filipe Thomaz assume uma posição «nacionalista» quando afirma que a união ibérica de 1580 era uma união *contra naturam*; que o infante D. João era o melhor representante da política nacional de insularidade de Portugal; que a neutralidade na Europa e a Expansão eram idiosincrasias da política portuguesa. Não se diga também que a política matrimonial foi uma invenção do nacionalismo português.

Os três ensaios que seguem, nomeadamente “O projecto imperial joanino”, “Os Portugueses e a rota das especiarias”, e “a «política oriental» de D. Manuel I”, tratam do papel decisivo do Príncipe Perfeito e do Rei Venturoso, que praticaram uma política forte e mais coerente de Expansão -- mas que não deixava de ser por isso menos dependente dos desafios e realidades desconhecidos do Oriente, sendo por isso mesmo sujeita a inflexões de rumos. Luís Filipe Thomaz descreve a evolução desta política assinalando «a impressão superficial de continuidade política com o reinado anterior». Mesmo assim, as alterações eram umas alternâncias, ou combinações obrigatórias, dentro do quadro de interesses sociais e económicos da sociedade portuguesa metropolitana e colonial. De D. João III para D. Manuel I, viu-se um crescimento do mercantilismo português. Portugal fez-se ouvir nas cortes de Europa que viram também umas amostras da nova riqueza portuguesa; Portugal desafiou o poderio comercial dos Venezianos e dos tradicionais monopolistas dos produtos orientais; Portugal tentou assumir uma posição de jogador sem rival numa metade do globo partilhado pelo Tratado de Tordesilhas; Portugal manifestou uma capacidade muito superior aos seus recursos demográficos e económicos nacionais, aproveitando recursos estrangeiros em termos de pessoas, conhecimentos, capitais, e produtos para realizar as suas façanhas épicas. Nas circunstâncias que o levaram ao poder, D. Manuel I considerava-se “predestinado”, e sentiu-se reforçado nas suas convicções messiânicas, que lhe permitiram ultrapassar a resistência representada pelo “velho de Restelo”. A descoberta de

mais mouros na Índia do que todos os encontrados até então na África, e a frustrada esperança de encontrar aliados cristãos na Índia, levou D. Manuel I a aumentar o nível de violência para mais do que o previsto na sua política oriental. No que diz respeito a muito debatida política de sigilo, considera-a também como uma estratégia seguida para evitar maior dissensão e resistência *internas* à política de expansão. Importa notar o ênfase que Luís Filipe Thomaz põe nas inflexões da política portuguesa no Oriente, demarcando-se das crónicas portuguesas seiscentistas da expansão no Oriente, que sempre apresentaram a Expansão como um processo sem descontinuidades, e em termos unificadores de cruzada e de heroísmo nacional. O novo ênfase permite compreender o estado mercantilista como rival dos seus próprios súbditos, e uma rivalidade, nem sempre subterrânea, entre o Rei e os comerciantes privados (comerciantes privados e agentes da Coroa eram frequentemente as mesmas pessoas). Os corolários desta visão eram a “grande soltura” e o “império sombra” da expansão portuguesa no golfo de Bengala e no sudeste asiático. Algumas destas novidades não passam aliás de reformulações actualizadas das «*Normas económicas da Colonização Portuguesa até 1808*», um estudo modesto e há muito esquecido de Vicente Almeida d’Eça (1921), que merece ser ainda referido.

O ensaio intitulado “Estrutura política e administrativa do Estado da Índia no século XVI” preocupa-se em definir o Estado da Índia no século XVI, sobretudo como uma rede de comunicações, e não como império com continuidade territorial. Apesar disso Sanjay Subrahmanyam não hesitou em dar ao seu livro o título que deu. Uma solução de compromisso seria a expressão «rede imperial». Luís Filipe Thomaz lembra-nos que o título assumido por D. Manuel, “Senhor da Conquista, Navegação e Comércio...” (e não “imperador”), era destinado para o consumo da diplomacia na Europa. O conceito de “Estado-rede” (talvez não seja a melhor tradução de *network*) é apresentado na continuidade da tradição, já existente no Oriente, das redes comerciais e culturais hindu e muçulmana. A introdução do cristianismo e da língua portuguesa se enquadravam nessa tradição, mas o mercantilismo português era uma inovação. Partindo desse conceito de “Estado-rede”, em que o espaço se subordinava à rede (que contrasta com a colonização espanhola), explica como o controlo de espaços e populações nunca foi uma prioridade do colonialismo português, excepto talvez em Goa, onde as necessidades da capital do Estado requeriam maior controlo, e na Província do Norte, para satisfazer as necessidades de abastecimento de géneros às restantes praças. O relacionamento com os “reis vizinhos” era mais de tipo suserania e, em raros casos, de soberania. Somente quando a fraqueza naval portuguesa começou a pôr em risco a viabilidade da rede, houve tentativas de incremento de



territorialidade, como fica ilustrado pelas tentativas de ocupação de Ceilão, e a ocupação efectuada nas Novas Conquistas de Goa. O Estado da Índia reproduziu os dois modelos que os portugueses conheciam das suas experiências na África: o modelo marroquino de saques e corso; e o modelo guineense, de comércio relativamente pacífico. O modelo marroquino viu-se mais na Índia ocidental, enquanto o modelo guineense foi seguido no golfo de Bengala e no Sudeste asiático, onde o Estado da Índia exercia apenas um ténue controlo administrativo.

Em todo este ensaio transparecem uma intenção apologética e um esforço, que me parece desnecessário, para desculpar Portugal das acusações de violências naval e religiosa-cultural feitas pelos intelectuais ou políticos terceiro-mundistas, e seus simpatizantes. Luís Filipe Thomaz não esquece, e repete várias vezes, que o Portugal do século XVI tinha pouco para oferecer a uma Índia que, sob o ponto da vista tecnológico, se encontrava pelo menos tão desenvolvida como a Europa de então. Não é tão clara a admissão de igualdade (e da eventual superioridade?) cultural da Índia, e sua violação (embora em parte desafiando positivamente umas tradicionais estruturas sociais opressivas, como a abolição de *sati* 12 e encorajamento ao casamento das viúvas) pela política portuguesa de expansão missionária e de comércio. Existem estudos documentados de Baquero Moreno relativos à marginalidade e à colonização forçada em Portugal, e um estudo recente (tese de doutoramento na Universidade de Minnesota, ainda não publicada) do historiador americano Timothy Coates sobre os marginais portugueses e a colonização forçada no ultramar. Mas não existe nenhum trabalho sério de investigação sobre as vítimas orientais da violência militar e do sistema penal português, que acompanharam e sustentaram o «Estado-rede». Na ausência de tal estudo e sem uma definição mais rigorosa dos critérios de opressão (não reservando o direito desta definição somente aos colonizadores ou colonialistas),<sup>13</sup> é precipitado concluir, como Luís Filipe Thomaz, que «se o domínio português era opressivo, o era por acidente, e não por essência». Trata-se de uma lógica defensiva da parte de um historiador patriótico português. Do facto de ter havido vozes de protesto, vindas do interior da estrutura, contra os abusos administrativos e missionários, poder-se-ia concluir que existia uma consciência e certo sentido de justiça. Concluir daí que essa justiça teria *prevalecido* contra os interesses dos grupos dominantes da sociedade colonial é um *non sequitur*, um salto ilógico.<sup>14</sup>

Segue-se um ensaio sobre “Goa: Uma sociedade luso-indiana”. O autor pode ter razão em afirmar que o que dá à Goa a sua identidade cultural não é tanto a sua geografia, mas o seu passado histórico. Mas não se deve esquecer que o passado histórico de Goa é muito longo e variado e os 450

anos da presença portuguesa representam somente uma fase mais recente e consequentemente mais sentida e com resultados mais visíveis. A civilização goesa para Luís Filipe Thomaz parece ser adequadamente representada pelos cristãos de Goa (p. 271), que não excedem 35% da população. Mas não deixa de admitir que a alma goesa nunca deixou de ser profundamente indiana, embora isso seja mais visível na maioria da população goesa hindu. Poder-se-ia acrescentar que ainda os goeses hindus se sentem “diferentes” dos outros indianos. Mas tudo isso não retira o peso da cultura tradicional, que justificaria falar duma sociedade “indo-portuguesa” em vez de “lusó-indiana”.<sup>15</sup>

Um outro assunto que a sensibilidade “nacionalista” dos historiadores portugueses, e dos portugueses em geral, dificilmente consegue ultrapassar sem traumas emocionais é do racismo colonial. É bem conhecida a reacção do Estado Novo ao Professor Boxer, quando este historiador inglês publicou o seu livro *Race Relations in the Portuguese Empire*. De académico elogiado que era, tornou-se uma *persona non grata* em Portugal. Sanjay Subrahmanyam não considera ser este um problema somente dos historiadores portugueses com a mentalidade do Estado Novo, e tem tentado explicar o fenómeno como uma inversão e interiorização pelos portugueses das categorias impostas sobre eles desde o século XIX como «cafres de Europa». <sup>16</sup> Luís Filipe Thomaz concede que tenha havido discriminação colonial nas promoções eclesiásticas em Goa, mas defende a tese-regra de não-racismo português. Ficam porém dúvidas por esclarecer. Conta-nos Pyrard de Laval que os portugueses logo que cruzavam o Cabo se consideravam todos fidalgos para enganarem os indianos e se prezavam de se chamarem *brancos*. E continua: «Desprezam todos esses pobres índios, a quem trazem debaixo dos pés; e não ficavam esses índios pouco espantados quando nós lhes dizíamos que eles eram filhos de mariolas, sapateiros, aguadeiros, e outros homens de vis mesteres». <sup>17</sup> As relações de dominação e subordinação inerentes ao sistema colonial levavam geralmente as camadas mais baixas da sociedade colonial a portarem-se com as populações naturais com uma superioridade que lhes era negada na metrópole. Era uma compensação a que se julgavam com direito no ultramar os «corsários e os franco-atiradores (que) eram.... geralmente marginais em relação à estrutura fechada da solidariedade de clã dentro da elite governante da Ásia portuguesa» (p. 206). Um comentário do jesuíta brasileiro Francisco de Souza, que viveu largos anos na Índia e ocupou cargos de responsabilidade na Companhia de Jesus no século XVII (melhor conhecido como autor do *Oriente Conquistado a Jesus Christo*), merece a nossa atenção neste contexto. Referindo-se à controvérsia de tratamento dos candidatos Japoneses na Companhia de Jesus, e à oposição do Superior, o Jesuíta português Padre Francisco Cabral (que foi demitido por esta razão por Valignano e enviado para

Macau), afirma: «E tem a desculpa no génio português, que naturalmente despreza todas estas nações Orientais».18 Não parece que Padre Francisco de Souza faria uma acusação dessas sem boa razão.19 Houve casos de discriminação racial em Goa, e pode-se citar o juízo do Prof. Boxer sobre a “Conjuração dos Pintos” de 1787 no seu *Império Marítimo Português*: «Quinze dos goeses civis e militares que estavam implicados na conspiração foram executados de um modo extremamente bárbaro... É difícil acreditar que este tratamento diferente fosse devido a outra coisa que a preconceitos raciais, visto que os agraciados da Inconfidência Mineira eram todos brancos e as vítimas goêsas todas de cor».20 Embora a política oficial portuguesa não fosse racista, havia elementos da sociedade colonial que não tinham qualificação melhor do que a da sua cor para se imporem. A tradição de não-racismo explica-se em parte como uma expressão de paternalismo colonial, tal como a instituição de *mundcarato*, cuja continuidade as elites terra-tenentes defendiam em Goa ainda após 1961 com argumentos baseados no paternalismo dos *bhatkar* 21. Existem ilustrações e documentação sobre esses aspectos da história colonial de Goa, mas não mereceram atenção ao autor desta colectânea. A imposição da língua colonial foi sempre um instrumento de dominação e descriminação social. Nunca se poderia esperar que a maioria dos colonizados pudesse atingir o nível do conhecimento da língua portuguesa que possuíam os naturais de Portugal. E substituindo as línguas vernáculas com a língua portuguesa (o que acontece com qualquer língua colonial) perpetuava-se a dominação cultural com consequências funestas para o desenvolvimento político e económico dos colonizados. Nada disso parece a Luís Filipe Thomaz ser *contra naturam*, o que reflecte uma atitude típica de patriotismo e paternalismo colonizador. Já vimos quanto o irritava a união *contra naturam* durante os escassos sessenta anos da união das coroas na península ibérica. As pressões franciscanas sobre o governo colonial para suprimir o uso de Concani em Goa, e substituí-lo pelo português, desde os anos 80 do século XVII, não se deviam só a um interesse religioso-pastoral, como pretende Luís Filipe Thomaz. O que os franciscanos sentiam eram as pretensões dos clérigos naturais, que queriam despojá-los das suas paróquias de Bardês, com o apoio do Arcebispo Fr. Ignacio de Santa Theresa, em 1724-28. É curioso o estilo usado pelos religiosos franciscanos foram capazes de usar contra os clérigos rivais: «*Todos estes clérigos negros (exceptuando alguns como por milagre) são ex sua natura mal inclinados e mal procedidos, lascivos, bebados, etc... e por isso incapacíssimos de que se lhes entregue a administração das Igrejas.*» E continuavam assim o seu discurso:

«Deve-se notar em 4º lugar ser em estes naturais natural o ódio e antipatia à gente Portuguesa e a tudo o que hé pelle brãca, sendo este mais excessivo e entranhável a respeito dos parochos, porque como estes vivem e residem nas aldeas, e entre os naturais

*são atalayas vigilantes que poem todo o cuidado, assim em lhes investigar os seus designios, como em notar-lhes as suas obras (.....) fas se lhes muito pezado o terem parochos brancos e Religiosos»*<sup>22</sup>

Não eram muito diferentes os motivos que levavam os *descendentes* ou *mestiços* a manifestar tendências racistas em Goa e na Província do Norte. Como parte das reformas administrativas de Pombal, o vice-rei teve de emitir um edital em Goa do seguinte teor: « *soberba que domina nesta parte do mundo, a causa originaria do abatimento destes miseráveis naturais... chamo também portugueses aos mestiços porque nestes ainda mais que nos mesmos Europeos reina mais aquella luciferino vício*». <sup>23</sup> O edital proibía aos brancos designar os naturais com expressões ofensivas de «negros» e «cachorros». Os descendentes tinham o monopólio de exército em Goa, e isso dava-lhes uma posição privilegiada de poder e dominação, mas com reformas militares da época perderam este predomínio. Depois da conquista de Baçaim pelos Maratas, os descendentes *prazeiros* já tinham perdido a sua melhor base económica. Muitos passaram para Damão e Goa. Em Damão, opunham-se aos naturais não-descendentes nos empregos da Câmara, mesmo quando alguns destes naturais arriscaram as suas vidas pela defesa da Província do Norte contra os Maratas. Num destes casos um natural conseguiu vencer a oposição dos descendentes e obter uma ordem régia que dizia: «*para que a todo o tempo possa constar aos moradores brancos da cidade de Damão não terem os naturais as inhabilidades que elles supunham*». <sup>24</sup> Luís Filipe Thomaz não ignora o conflito entre os goeses (que limita aos brâmanes) e os descendentes, mas não consegue ver a dimensão racista do conflito. Tem que se notar, porém, que é correcta a sua classificação da composição castista da sociedade goesa. Não aplica o modelo clássico que integra os *kshatriya* e os *vaisya* numa só casta *chardó*. A brevidade do ensaio não dá certamente para dar a conhecer satisfatoriamente a realidade social de Goa com todas as suas variantes locais. Refere a *gauddes* ou *agris*, mas não distingue os *gaudde* (já é plural e não precisa do *s*) católicos (também equiparados com *sudhir*) dos *gaudde* hindús, ou dos *mitt-gaudde* que se consideram *Kshatryas* entre os hindus, e como pertencentes à categoria mais alta entre os convertidos ao catolicismo! Os *shett* de Goa não se equiparam aos *sonar*, mas assumem categoria de *daivadnya brahman*. Os *bhandari* (não *sudhir*) são os rendeiros e destiladores, e estes consideram-se *kshatriya* ou *naik*, se não como uma sub-casta à parte. <sup>25</sup> Luís Filipe Thomaz não deixa de mencionar a organização castista das confrarias religiosas de Goa, mas talvez não sabia que em 1983 (quando escreveu este ensaio) a Igreja de Goa enfrentava uma triste situação de confronto de castas em Cuncolim. Em vez das celebrações devocionais do 4º centenário dos «mártires de Cuncolim» (Jesuítas

mortos nessa aldeia em 1583), os *ganvkar* da casta *chardó* ocuparam a igreja, colocaram no altar principal um painel da tradicional deusa *Mhamai*, e proclamaram a «*Independent Church of Cuncolim*». Somente com a intervenção da justiça e do braço armado, o Patriarca de Goa conseguiu normalizar a situação ( embora seja difícil concluir que se conseguiu uma reconciliação social, ou apagar os rancores tradicionais). Os ódios castistas levaram a exumar cadáveres do cemitério e lançá-los para a rua. 26

Embora Luís Filipe Thomaz faça referências ao contributo histórico de Cunha Rivara, nada diz sobre o envolvimento político deste historiador-administrador. Há necessidade de estudar mais a fundo o interesse de Cunha Rivara e dos seus discípulos brâmanes na preservação das comunidades agrícolas, contrariando os defensores *chardós* da “liberdade da terra”, representados por Francisco Luis Gomes.<sup>27</sup> O envolvimento político e emocional de Cunha Rivara nas eleições goesas em favor dos descendentes não deixou de se reflectir nos seus estudos históricos, e mais particularmente nas suas investigações sobre a *Conjuração dos Pintos*. Cunha Rivara tinha colaborado activamente com o Governo da vizinha Índia inglesa na supressão da famosa revolta de 1857, e qualquer indicação de irredentismo em Goa como manifesto na “conjuração” e discursos políticos dos naturais causava nele pesadelos. E a maneira apaixonada como defendeu o Padroado português no Oriente (como Herculano o fazia na metrópole) não nos permite considerar Rivara como um historiador sem paixões e sem contas para ajustar.<sup>28</sup>

Algumas afirmações ou interpretações fornecidas revelam informação inadequada: Goa não adquiriu a sua importância, como afirma, por ser uma das *raras* portas por onde os *Gates* ocidentais são facilmente transponíveis. Havia pelo menos 161 outras portas (*Ghat marga-chauky*) que ligavam o Concão ao interior através dos *Gates*. Algumas destas passagens encontram-se listadas num documento da Biblioteca de Ajuda,<sup>29</sup> mas existe um estudo mais pormenorizado em língua Marata e publicado por S.N.V. Joshi no Boletim de *Bharat Itihasa Sanshodhaka Mandal* de Pune em 1954. Um melhor conhecimento da geografia e condições agrárias locais de Goa não permitiria ao autor afirmar que se cultivava arequeira nas terras não irrigadas dos flancos das colinas e dos planaltos! Os arecaes conhecidos por *kullagar* são possíveis somente nos vales, entre as colinas, e onde existem fontes e água corrente. Os terrenos a que refere chamam-se *molloi* e servem para cultivo de legumes e cereais.

Tratando do fenómeno de emigração goesa, Luís Filipe Thomaz não considera a emigração hindu muito significativa. Isso seria verdade se não se tomasse em consideração as emigrações causadas pela política das conversões forçadas e pelo rigor da Inquisição a partir dos meados do século XVI, ou se nos limitássemos à emigração para fora da Índia. No meu estudo *Goa Medieval* tenho algumas referências documentais sobre isso.<sup>30</sup> Os *Konkanas* de Kerala são hindus emigrados de Goa, e existem outras comunidades hindus de Goa noutras partes da Índia.<sup>31</sup> Não é também inteiramente verdade que somente os cristãos de Goa tenham clubes sociais em Bombaim. A *Goan Hindu Association* (A Associação Goesa Hindu) de Bombaim não é muito recente, mas os hindus também nunca sentiram o problema de adaptação nas regiões vizinhas da Índia duma maneira tão grave como os cristãos, e isso obviamente por causa da sua maior homogeneidade cultural com o resto da Índia. Luís Filipe Thomaz também não nos diz nada sobre a emigração feminina para Bombaim, que provocou sérias preocupações e debates no Congresso Provincial da Índia Portuguesa no primeiro quartel deste século.<sup>32</sup> A sua subavaliação da importância cultural e política dos cristãos de Salcete no período após 1961 (e em 1983) não corresponde à realidade. Ao contrário do que sugere, os católicos de Salcete têm tido uma forte actuação no cenário político de Goa após 1961. Se não fosse o peso do voto católico de Salcete durante o referendo de 1967 (*Opinion Poll*) para decidir se Goa iria manter uma identidade territorial própria ou seria integrada no estado vizinho de Maharashtra, Goa não chegaria a entrar na União Indiana como um Estado federal vinte anos mais tarde. Essa realização definitiva, em 1987, foi precedida por uma outra medida legislativa que decidiu constituir Concani em *língua oficial* dos goeses. Esta decisão também não seria obtida sem o peso político dos cristãos de Salcete. Os habitantes de Salcete demonstraram o seu intenso envolvimento social e político na campanha em defesa dos quase 80 000 pescadores tradicionais (*ramponkars*) contra a pesca mecanizada, em 1976 e, mais recentemente em defesa do ambiente contra a indústria poluidora (começando com o caso da *Zuari Agro-Chemical*, uma empresa multinacional e produtora de adubo químico, em 1975), o turismo e o abuso de drogas, a prostituição, e a imoralidade associada com a população católica na época de Carnaval. Mantem-se assim uma tradição de catolicismo militante (tradição dos Jesuítas que converteram Salcete), o que distingue os habitantes de Salcete dos de Bardez (convertidos pelos Franciscanos por métodos relativamente mais pacíficos) no envolvimento político em Goa. A decisão política recente de construir um caminho de ferro que vai atravessar Salcete e ligar todos os Estados Federais de Conção, é vista pelos Salcetanos com grande preocupação e como uma medida que poderá alterar a composição demográfica e religiosa de Goa em Salcete, fragilizando e enfraquecendo a representação católica na Assembleia do Estado.<sup>33</sup>

Os ensaios VIII a XIII cobrem a presença portuguesa no Golfo de Bengala e no Sudeste asiático, onde prevaleceu como um “império de sombra”, com ténue controlo administrativo de Goa. No início, a expansão portuguesa para essa região tornou-se necessária, porque sem o comércio intra-asiático os portugueses não podiam viabilizar a rota do Cabo. Quando Vasco da Gama se apresentou perante o Samorim, levava presentes tão modestos, que lhe foi dito que mesmo um pobre mercador de Mecca fazia melhor. A Europa tinha pouco para oferecer e os produtos para troca tinham de ser obtidos noutras regiões do Oriente, seguindo as linhas tradicionais do comércio oriental. Designa-o de “comércio de Índia em Índia”, que veio a ser mais lucrativo do que o da rota do Cabo. Malaca era o ponto fulcral deste comércio no sudeste asiático, e foi por isso que Afonso de Albuquerque decidira conquistar Malaca em 1511. Mas cedo essa expansão portuguesa resultou na chamada “grande soltura” e provocou a demissão de Afonso de Albuquerque, tornando essa zona um paraíso para os franco-atiradores e aventureiros portugueses. Foi necessária uma mudança na política centralizadora e mercantilista defendida por Afonso de Albuquerque. Mas não era fácil para a nobreza libertar-se do peso do seu passado guerreiro e deixar inteiramente o curso em troca dum comércio mais pacífico. O processo de transição foi marcado por deserções de soldados feitos chatins, e por renegados portugueses que andavam a denunciar perante os «reis vizinhos» os embaixadores oficiais de Goa como espões. Foi uma transição que custou sérios riscos à continuidade da presença portuguesa no Oriente, uma situação que os rivais Guzerates procuraram aproveitar para urdir intrigas e organizar ameaças militares destinadas à expulsão dos portugueses da região. Luís Filipe Thomaz tem contribuído muito para uma melhor compreensão da organização do comércio português desde os primeiros contactos portugueses nessa região até à fase de «viagens concessionais» e outras tentativas de controlo. Serviu-se para essa reconstrução de valiosos documentos inéditos do *Núcleo Antigo* da Torre do Tombo, além dos mais conhecidos relatos contemporâneos de Tomé Pires e Duarte Barbosa. Não podemos deixar passar sem um reparo o paralelo de Nina Chatim, o mercador queim que ajudou Albuquerque a conquistar Malaca, com Timmayya, o almirante-corsário (pirata para os portugueses) de Vijayanagar, que ajudou Albuquerque em 1510 a conquistar Goa.<sup>34</sup> Os dois indianos tinham as suas ambições pessoais, mas não mediram bem a sua capacidade de se servirem dos recém-chegados em seu proveito. Acabaram por ser usados e descartados, embora tenha havido uma aparente manifestação de gratidão e generosidade da parte dos portugueses para com os descendentes dos dois colaboradores.

Chegamos aos quatro ensaios finais do livro, todos sobre Timor. O estudo sobre a história e cultura de Timor é muito informativo. As reflexões sobre o passado e o futuro da língua portuguesa em Timor e outras ex-colónias têm interesse e relevância: Diz-nos Luís Filipe Thomaz que ao contrário da situação existente em África ou no Brasil o número de portugueses no Oriente foi muito reduzido para permitir uma dominação linguística (p. 640). Não parece reconhecer que era a força cultural da Índia a responsável pela resistência. A sua explicação do papel da Igreja, que reforçou as línguas vernáculas nas colónias onde a cristianização teve mais sucesso, é aceitável até certo ponto. Mas o contacto missionário também conseguiu corromper as línguas do povo e a sua cultura tradicional<sup>35</sup>, provocando um enfraquecimento cultural que deixaria, por exemplo, a sociedade cristã indo-portuguesa com uma identidade que não seria nem indiana nem portuguesa, tornando assim difícil (salvo raros casos e após longo período de contacto exclusivo com outra cultura) a sua integração satisfatória em qualquer das duas culturas. Luís Filipe Thomaz elogia a visibilidade diaspórica dos goeses. A cultura cristã e ocidentalizante ajudou-os certamente, mas ainda não se escreveu uma história dos sofrimentos em que a população goesa era lançada pela necessidade de emigrar em larga escala antes de 1961. O movimento migratório só começou a mudar em sentido contrário após a integração de Goa na União Indiana.<sup>36</sup> O optimismo de Luís Filipe Thomaz não corresponde à situação que descrevia o Doutor Mariano Saldanha, antigo Professor de Sânscrito na Universidade de Lisboa, e de Concani na Escola Superior Colonial, num ensaio sobre “A Língua Concani: As suas Conferências e a acção portuguesa na sua cultura”. A obrigatoriedade de ensino primário em português não elevou o nível de literacia dos goeses; pelo contrário, conseguiu criar «uma classe especial, estranha na história da instrução, a classe de *analfabetos que sabem ler e escrever*».<sup>37</sup> Não era portanto uma situação muito diferente da que um recente estudo revelou em Portugal. Não se pode concluir que os portugueses foram maus para os goeses. Com a sua tradição cristã, trataram os outros como tratavam a si próprios, ou aos seus. Sabe-se que quando terminou a presença colonial portuguesa em Goa em 1961, os efectivos militares portugueses que lá ficaram prisioneiros foram melhor tratados pelo povo goês e pelas tropas indianas do que pelas autoridades portuguesas quando para cá voltaram repatriados.<sup>38</sup>

O ensaio final. “O afluxo ao meio urbano no Timor português”, foi escrito em 1974. O autor deve ter actualizado somente os verbos: o Presente do Indicativo do original, para Pretérito Imperfeito na versão da presente colectânea. Mas Luís Filipe Thomaz tem o mérito de analisar com sinceridade o «desenvolvimento irracional» e o «desequilíbrio socioeconómico» de Timor colonial, incluindo um



grau quase chocante de analfabetismo em 1970. Não se explica bem se foi por culpa própria que os Timorenses tiveram de esperar até a ocupação indonésia para convencer os antigos dominantes da sua capacidade para autodeterminação. Se, como afirma Luís Filipe Thomaz num ensaio anterior, «antes de 1974 não se conheciam em Timor movimentos autonomistas» (p. 603) 39, as razões para a população timorense estar satisfeita com o *status quo* podiam ter sido várias: subdesenvolvimento, analfabetismo, isolamento insular, etc. Todas elas eram suficientes para impedir que a colónia despertasse mais cedo para valores democráticos, que ao próprio povo português foram negados na metrópole até 1974. Esta situação é muito diferente da que prevalecia em Goa, embora o censo de 1960 também indicasse somente 18 % da população como alfabetizada. Desta ainda uma menor percentagem sabia ler e escrever em português. Felizmente os goeses tinham oportunidades de aproveitamento intelectual na Índia vizinha e nas colónias inglesas. A política colonial portuguesa tentou envolver a igreja de Goa e S. Francisco Xavier, para dar uma cor anti-cristã ao movimento independentista. A participação activa dos goeses católicos, emigrados para a Índia vizinha, incluindo a liderança do Cardeal goês de Bombaim, Valerian Gracias, não permitiram que tais distorções políticas da religião surtisses o efeito nefasto que se pretendia em Goa.<sup>40</sup>

Para concluir: Quando rebentou a “Revolta de 1857”, que chocou bastante os ingleses na Índia, vários grupos rebeldes conseguiram asilo político português e refugiaram-se em Goa. Houve pressões inglesas para a sua extradição, mas a administração portuguesa fez o possível para honrar a sua promessa. Teve no entanto que ceder em parte e deportar os refugiados para longe da Índia, isto é, para Timor. Para lá foram com transporte provido pelos ingleses. Numa comunicação apresentada pelo presente Director do Arquivo Histórico de Goa ao II Seminário Internacional de História indo-portuguesa realizado em Lisboa falou-se sobre esse episódio indicando os números e nomes dos deportados em 1859. <sup>41</sup> O que aconteceu entretanto a essa componente da população Timorense? As tabelas demográficas apresentadas por Luís Filipe Thomaz indicam somente alguns goeses nos serviços terciários, e não ajudam a esclarecer o paradeiro deste elemento rebelde da Índia. Terão contribuído para a resistência Timorense?

Apesar de algumas lacunas e limitações, o mérito destes estudos de Luís Filipe Thomaz não fica diminuído e podemos considerá-los como uma obra de referência indispensável aos interessados na história da Expansão portuguesa.

## THE PORTUGUESE EMPIRE IN ÁSIA, 1500-1700

Sanjay Subrahmanyam é um nome conhecido para os interessados na história dos portugueses na Ásia. Embora este jovem historiador tenha iniciado a sua carreira há pouco tempo, os seus trabalhos publicados, sobre os portugueses na Índia meridional e no Golfo de Bengala, já suscitaram a atenção. Subrahmanyam notabilizou-se no início devido ao seu estilo belicoso. Mas a qualidade das suas contribuições não pode ser contestada. Com esta obra, Sanjay Subrahmanyam torna ainda mais evidente a sua capacidade de dominar uma multiplicidade de cenários históricos, e de ligá-los entre si, com grande destreza de análise e síntese. Sanjay Subrahmanyam dirige actualmente o *Centre d'Études de l'Inde et de l'Asie du Sud*, na *École des Hautes Études en Sciences Sociales*, em Paris.

Nos dez capítulos deste seu livro, Sanjay Subrahmanyam tentou abarcar a quase totalidade do mundo que os portugueses afectaram, directa ou indirectamente, com as suas proezas de Descobrimentos e Império. Um dos objectivos principais do autor é provar que nem os portugueses nem as populações orientais viviam ou operavam num mundo estático, embora os ocidentais tenham sempre preferido acreditar que aos povos orientais faltava o dinamismo histórico que se reservava para Europa. A outra questão em debate é a continuidade ou a descontinuidade metodológica na Expansão asiática dos portugueses, dos ingleses e dos holandeses.

No primeiro capítulo intitulado «A Ásia nos princípios da idade moderna: Transformações geopolíticas e económicas» descreve a presença portuguesa entre 1500 e 1700 na Ásia como «rede de comércio e poder (*network of trade and power*)». Sanjay Subrahmanyam procura analisar as transformações, tanto as visíveis como as menos visíveis, aos níveis institucional e operacional, no continente asiático. O objectivo é conhecer melhor o «palco asiático» das operações portuguesas. Começa por tratar das populações asiáticas em crescimento. A Ásia contava com quase 300 dos quase 500 milhões da população total do mundo em 1650. Calcula a população asiática para o ano 1500 entre 200 e 225 milhões. O maior crescimento viu-se no norte e a leste do continente, entre os anos 1500 e 1800. O mesmo desequilíbrio notou-se também com crescimento de alguns centros urbanos e declínio dos outros. Não era somente um fenómeno urbano, pois aumentaram as actividades agrícolas e as manufacturas. Aponta para o aparecimento de novos Estados, tanto os mega-Estados sustentados por rendimentos agrários, como os mini-Estados litorais dependentes dos

recursos comerciais. O fundo da questão não é somente este fenómeno dinâmico, mas a sua natureza essencialmente diferente de tudo que se vira até então. Não era uma tradicional dança de tronos régios, ou uma ilustração do que se considera absurdamente como «Despotismo Oriental» ou «Modelo asiático de produção». Sanjay Subrahmanyam ilustra a sua tese com os casos de Melaka, Aden e Ormuz, três novos mini-Estados costeiros com uma localização estratégica e favorável para comércio marítimo. Indica como os mega-Estados também se mostravam mais inclinados ao comércio marítimo e como as suas economias utilizavam maior amoedação. Algumas expressões de absolutismo político (e.g. sob Hideyoshi, Shah Abbas) eram bem visíveis neste processo de mobilidade e pode-se concluir o seu nexos com o comércio marítimo e a amoedação da economia.

Refere-se o autor, no mesmo capítulo, ao fenómeno de “elites em circulação”, que se tornou mais visível a partir dos finais do século XV, e era comum para os dois tipos de Estados, os mega e os mini. Essa circulação de ideias e ideologias ajuda-nos a compreender certas alterações inesperadas de grande escala, como aconteceu no Japão com a queda do Shogunato de Ashikaga, o aparecimento dos chamados *sengoku daimyo* e o predomínio de Obu Nobunaga e seus sucessores. Era resultado das lições aprendidas pelos Japoneses que saíam do Japão como *wako*, e que viajavam pela Indochina e já conheciam o valor lucrativo do comércio marítimo. Quando não estavam ainda preparados para controlar a situação, deixaram as *elites* portuguesas e jesuíticas prestar os seus serviços e lucrar com eles. O grande império mongol serviu-se das elites migratórias iranianas e “turanis” (da Ásia central). As migrações iranianas tinham contribuído para a formação política do Decão, já antes do aparecimento do império mongol. Essas elites serviam na administração fiscal, comercial, militar, e ainda como agentes de religião e da cultura. Enquanto os Iranianos chegaram até a Insulíndia, os Chineses tinham estabelecido a sua rede no sudeste asiático. Sanjay Subrahmanyam cita Anthony Reid para afirmar que, quando os portugueses chegaram, a Ásia manifestava uma grande abertura pacífica (*sem conquistas*) a agentes políticos inter-regionais. Não acredita que a expansão comercial que antecedeu a chegada dos portugueses fosse obra exclusiva dos árabes, pois havia outros agentes responsáveis pela expansão comercial no Índico, nomeadamente os baneanes de Guzerate e os Bohras, os Chettis tamilianos e telegus, os Muçulmanos mappilas e maraikkayars da Índia meridional, os chineses, e os *tujjar* iranianos. Depois da chegada dos portugueses com o seu Cristianismo, as redes comerciais que dominavam serviam-se do Budismo e do Islão. O conflito comercial tornou-se assim um conflito para a redefinição do mapa religioso do Oriente. Conclui que os portugueses se viram

instalados num mundo cujo equilíbrio de forças geopolíticas, sociais e económicas estava em permanente mutação.

No segundo capítulo, «O Estado e a sociedade portuguesa, 1200-1500» apresenta uma análise geográfica, social, económica e política de Portugal. Baseia-se para isso nos «profundos estudos de José Matoso e outros», e tenta explicar as influências que contribuíram para a formação da mentalidade medieval portuguesa. Refere aos *Mouros* como “espantalhos” de que os ideólogos nacionalistas portugueses se serviram ao longo de vários séculos, embora a resistência contra o nacionalismo português proviesse mais dos vizinhos da península ibérica. Dá-nos uma ideia da luta das classes sociais (nobreza, clero, povo) pela participação no poder, privilégios e riquezas, e de como os grupos subalternos não deixaram de aproveitar dos conflitos entre a igreja, a nobreza e a coroa. Vê a continuação desse conflito nas actividades dos portugueses na Índia.<sup>42</sup> Refere a influência inglesa da rainha D. Filipa de Lencastre no processo da criação da hierarquia de títulos da nobreza. Considera também importante a criação da nobreza de serviço, como um contrapeso à nobreza terra-tenente, e que viria a ser o gume da expansão portuguesa na Ásia. Houve outros factores que, conjuntamente, influenciaram as mudanças sócio-económicas, deslocando-se o interesse para o litoral e para a expansão no ultramar, enquanto anteriormente era o norte e o interior do país que mais contavam. Foi um processo que reduziu a influência da nobreza terra-tenente e pró-Castela e aumentou o poder da coroa e dos seus apoiantes pertencentes à pequena burguesia e mesteres («sapateiros e alfaiates») das zonas litorais e urbanas. Mas gradualmente a coroa conseguiu conciliar diversos interesses através da política de expansão marítima. A ideologia das cruzadas manteve-se ao lado do comércio pacífico para justificar o interesse da nobreza nas guerras do corso, tanto na África, como mais tarde no Oriente. Os conflitos de interesses não foram sempre pacificamente resolvidos. Os judeus que contribuíram muito para o sucesso da expansão comercial e marítima foram as grandes vítimas da inveja dos grupos rivais. Sanjay Subrahmanyam não hesita em afirmar que o «messianismo» e outras manifestações das ambições de D. Manuel I o levaram a tomar atitudes para com os judeus e os muçulmanos (minorias religiosas) que não prometiam bom augúrio para uma nação prestes a contactar directamente a Ásia com uma reduzida população cristã. Mais interessante neste capítulo é, talvez, a descoberta que Sanjay Subrahmanyam faz de uma «burguesia portuguesa cristã», incluindo uma «alta burguesia», à qual pertenciam, nos finais do século XV, Martim Leme, Fernão Gomes, Álvaro Pimentel, Duarte Tristão, e Jorge Lopes Bixorda, que foram incluídos na nobreza como *escudeiros* e *cavaleiros*.

Havia vários participantes nos negócios da Expansão e a Coroa portuguesa era um agente importante desse processo empregando os mecanismos do Estado em seu favor. Era a política mercantilista, que Manuel Nunes Dias designou de «*capitalismo monárquico português*».<sup>43</sup> A monarquia portuguesa aproveitou-se das dissensões entre as classes sociais para arbitrar os conflitos e para assegurar uma posição favorável aos seus interesses. A partir de D. João I, os monarcas portugueses começaram a intervir directamente no comércio. D. Manuel I foi chamado «*le roi épicier*» pelo seu homólogo francês, mas desde os tempos de D. Fernando os reis de Portugal tinham tomado um interesse cada vez maior no comércio. D. João II tomou medidas mais decisivas para Expansão no Atlântico, distanciando-se dos interesses da nobreza no norte de África. O tratamento brutal que a nobreza mereceu da parte de D. João II era uma prova da sua forte resistência e explica a demora na realização do «plano da Índia» após Bartolomeu Dias ter dobrado o Cabo de Boa Esperança. Sanjay Subrahmanyam atribui a Luís Filipe Thomaz a descoberta do «messianismo» na corte de D. Manuel, um «messianismo» que precedeu ao mais conhecido «messianismo» popular ou «sebastianismo», que continuava o messianismo das cruzadas e da libertação de Jerusalém. O «sebastianismo» era outra coisa, uma arma mitológica dirigida contra a dominação dos Filipes. O importante deste capítulo é o que revela da complexidade social de Portugal e do processo que levaria Portugal ao Oriente.

O terceiro capítulo intitula-se «Dois modelos e a sua lógica: A criação de um império, 1498-1540». O autor demonstra que a actuação portuguesa na Ásia não podia seguir um modelo formulado na metrópole, e que a primeira expedição de Vasco da Gama fora levada a cabo com uma ignorância considerável acerca da geografia religiosa, política e económica da Ásia e da África oriental. Essa política tinha que evoluir para corresponder às realidades destas regiões, bem como às exigências das classes sociais portuguesas que operavam no Oriente e queriam tirar o máximo proveito dos seus riscos. É assim que explica o conflito entre as políticas de D. Francisco de Almeida e Afonso de Albuquerque, bem como entre os seus próximos sucessores. O militarismo asiático na costa ocidental da Índia justificava o centralismo e militarismo português nessa zona, mas no Golfo de Bengala e no sudeste asiático os interesses comerciais portugueses procuravam uma expansão pacífica e livre do dirigismo albuquerqueiano. O Oriente tornara-se um campo aberto para as rivalidades sociais importadas de Portugal. Foi por estas razões que a nomeação de Afonso de Albuquerque para suceder a D. Francisco de Almeida tinha de ser secreta. Foram as mesmas rivalidades que levaram à

demissão do último. Sanjay Subrahmanyam tem pouco a acrescentar ao que Luís Filipe Thomaz escreveu sobre este assunto e sobre a “grande soltura”. Conclui apenas que o espectáculo da Expansão provava que eram erradas as acusações feitas a uma “Europa unida” que “divide para reinar” sobre os povos do terceiro mundo (não é a expressão usada, mas entende-se).<sup>44</sup>

O quarto capítulo intitula-se «A ‘crise’ dos meados do século XVI». O autor distingue esta crise da que se lhe seguiria e sobre a qual abundam os testemunhos. Tal crise tinha que ver com a expansão, que superava os recursos portugueses, e com um ciclo de recessão na Europa. Alguns excessos de agressividade oficial que se notaram na Índia durante este período destinavam-se a remediar os problemas financeiros do Estado, mas também nasciam da dificuldade que vários funcionários sentiam de escapar às atracções de negócios privados. São muito interessantes as observações sobre o funcionalismo português na Índia durante essa crise com Sás, Sousas e Castros em controle.<sup>45</sup> Consequências directas do crescente interesse pelo lado oriental do Índico eram a política mais agressiva adoptada contra os Mappilas de Cananore e o interesse na conversão dos Paravas da costa da Pescaria ao catolicismo. Foi nesse período que começou a exploração do comércio com a China e o Japão, estabelecendo-se também o contacto com a rota da prata das Américas para Manila. Foi esta «viragem para o Extremo Oriente» que trouxe uma solução à crise. Sanjay Subrahmanyam frisa que essa resolução «não foi de modo nenhum uma criação portuguesa». É uma conclusão que parece injusta. Os portugueses souberam aproveitar as oportunidades que se lhes ofereceram no Extremo Oriente, por isso não se pode concluir que eles não tiveram importante participação na resolução da crise. Como escrevia o historiador inglês H.A.L. Fisher, «*the success consists in catching the flying skirts of opportunity*», e os portugueses souberam fazê-lo.

O capítulo V, intitulado «Entre a territorialidade e os desafios marítimos: Reorientações, 1570-1610», analisa o real significado da literatura de «declínio» e «decadência» que caracteriza este período da história ultramarina de Portugal. Aponta à «hispanização» de Portugal como responsável pelas alterações da política ultramarina portuguesa e frisa a crescente influência castelhana na corte de D. João III. As suas duas manifestações mais visíveis em Portugal eram a Inquisição e a Companhia de Jesus. Sanjay Subrahmanyam apressa-se a rejeitar qualquer aliança natural entre essas duas instituições, e refere-se ao erro cometido por muitos historiadores em identificá-las. Admite que os jesuítas foram excepcionalmente tolerantes com os judeus, excepto durante um curto período de 1593 até 1608, devido a fortes pressões externas. A visão espanhola de comércio e conquista manifestava-

se em maior participação privada, o que permitiu aos cristãos-novos participarem nessa política ao nível global pela primeira vez. A participação da coroa no comércio considerava-se «pouco digna». Daí resultou que se fizeram «concessões» de viagens comerciais, gradualmente *armadas por conta própria* do concessionário, em substituição das anteriores «carreiras», organizadas inteiramente pela coroa. Em troca notava-se maior envolvimento do Estado nas conquistas e uma expansão territorial à maneira espanhola. Explicam-se assim as expedições para a «Conquista do Monomotapa» já nos finais do reinado de D. Sebastião. Houve tentativas da mesma natureza em Ceilão, Birmânia, Camboja. O sucesso foi limitado e variou segundo as circunstâncias locais. Conclui neste capítulo que o «declínio» afectou o papel da coroa como agente de comércio, pois se deu alguma preferência à «privatização».

O capítulo VI, sobre «O recuo do império, 1610-1665», questiona a propalada tese do avanço dos holandeses e do atraso dos portugueses. Para contradizer essa tese, Sanjay Subrahmanyam cita o viajante inglês Owen, que descrevia os Países Baixos em 1652 como «o grande pântano da Europa [...] e o traseiro do Mundo, cheio de veias e sangue, mas sem ossos». Mas não será o testemunho dum inglês algo preconceituoso? A verdade é que os portugueses tinham que lutar contra vários inimigos e não só contra os holandeses. Frisa o autor que o dinamismo dos «próprios nativos» foi mais responsável pelo desgaste dos portugueses e que os holandeses foram sobretudo um elemento catalizador, que na fase terminal soube colher bem os despojos. Foi a conjuntura local que os ajudou, de outro modo não se explicariam os seus revezes em Angola e no Brasil.

Para aliviar o Tesouro das despesas militares houve tentativas de criar «companhias» privadas, mas a atitude ambígua dos Habsburgos para com os cristãos-novos não permitiu ganhar a confiança desses importantes mercadores.<sup>46</sup> A perda definitiva do comércio de Japão para os portugueses, em 1638, foi aproveitada pelos holandeses, que também conseguiram controlar o comércio de Macassar. Os holandeses puderam assim reforçar os seus recursos militares, que lhes permitiam bloquear Goa e completar o recuo do império português em Ceilão, Coromandel e Malabar, formalizando o fim das hostilidades com o Tratado de Haia, em 1669. Já antes disso os portugueses haviam cedido Bombaim aos ingleses, e isso representava um outro golpe sério à continuidade do império, como o relutante vice-rei António de Melo de Castro tinha correctamente antecipado com os seus vigorosos protestos contra a decisão da metrópole.

O capítulo VII trata dos «Nichos e redes: A permanência, 1665-1700». Enquanto os ingleses, os holandeses e os franceses adquiriram o lugar de preeminência no comércio euro-asiático, o Estado da Índia adquiria as Novas Conquistas em Goa e reforçava a sua posição em Moçambique e os mercadores privados portugueses continuavam a utilizar a sua experiência nos mercados asiáticos. É uma situação que tem sido subestimada. Os historiadores têm-se ocupado com o comércio com o que Brasil que tinha ganho importância com as suas minas de ouro e exportação de tabaco. Está ainda insuficientemente esclarecido o impacto do Brasil no comércio asiático, mas há indicações de que foi significativo até ao primeiro quartel do século XIX. 47 Esta «viragem ao Atlântico» contribuiu muito para aliviar a crise do Estado da Índia durante o período em questão e mais além, apesar dos problemas com os Árabes de Oman e os conflitos com os Maratas. Na costa de Coromandel e mais particularmente em S. Tomé os portugueses continuaram as suas colónias espontâneas no meio das rivalidades anglo-francesas nessa região. O mesmo aconteceu com as colónias portuguesas no Extremo-Oriente, nomeadamente em Macau e Timor, que sempre tinham preferido evitar a interferência de Goa.

Sanjay Subrahmanyam questiona aqui os que consideram as «Companhias» do século XVII como representativas de um capitalismo moderno e racional, e superiores ao empreendimento português, medieval e tributário. O historiador contesta que o sucesso das Companhias dos europeus do norte se deva a uma vitória do empreendimento capitalista sobre o senhorial. Os argumentos do autor resumem-se ao seguinte: (1) As Companhias copiaram o modelo português; (2) O sucesso dos holandeses não se deveu a uma organização mais racional e à dependência das leis de oferta e procura, mas ao uso de força bruta em defesa de monopólios e à utilização da diplomacia para obter privilégios comerciais; (3) A companhia holandesa era semi-estatal, com poderes para fazer guerra e assinar tratados, e portanto mais do que uma companhia de simples «mercadores». Nem a contestação, nem os argumentos contêm qualquer novidade. Já antes de Sanjay Subrahmanyam, o célebre historiador da escola dos *Annales*, Fernand Braudel, utilizou expressões e argumentos muito parecidos, para concluir que «o triunfo dos Nórdicos não teria ficado a dever-se a uma melhor concepção dos negócios, nem ao jogo natural da concorrência industrial, nem ao facto de terem passado pela Reforma. A sua política foi, simplesmente, tomar o lugar dos antigos vencedores, fazendo a violência entrar no jogo».48 A companhia inglesa agiu com relativa cautela quando não tinha recursos para agir com violência, mas já vinha com uma longa tradição de pirataria. O seu sucesso na Ásia deveu-se à opção de limitar o seu comércio às ligações entre a Europa e a Ásia,



deixando o comércio intra-asiático em mãos privadas. O autor não vê uma explicação na simples substituição de um modelo europeu por outro. A seu ver os portugueses no Oriente sobreviveram como mercadores privados (em Macau e Porto Novo) e como «subimperialistas».

Nos capítulos VIII e IX estuda «A sociedade asiática portuguesa» oficial (no território do Estado da Índia) e marginal ou periférica (na fronteira e mais além). Com raras exceções (como na Província do Norte, Ceilão e Zambezi) a presença oficial portuguesa era majoritariamente urbana e com aparente uniformidade institucional provida pelas Câmaras Municipais e Misericórdias. Na realidade, a vitalidade destas instituições variava segundo as situações locais. Os grupos sociais mais numerosos e influentes eram os *casados* (incluindo *castiços* e *mestiços* ou *indiáticos*) e os Religiosos, que representavam interesses locais mais permanentes. Recorde-se que foi Afonso de Albuquerque que concebeu o plano de promover casamentos dos portugueses com mulheres locais (a quem chamava afectuosamente suas *filhas*) e sustentou este plano apesar de duras críticas e calúnias dirigidas ao monarca português por uma facção contrária dos oficiais portugueses na Índia. Sanjay Subrahmanyam chama a nossa atenção para um tipo de casados «pretos» (e não *negros* como se lê na versão portuguesa 49; Bocarro utiliza «*negros*» quando se refere aos escravos africanos) apenas referidos por Bocarro no seu *Livro do Estado da Índia Oriental* (1633-1635), o que sugere que já havia nessa altura gerações de casados que tinham perdido a sua pigmentação branca. É possível que os casados pretos fossem os convertidos asiáticos residentes nos enclaves urbanos, como Sanjay Subrahmanyam sugere.<sup>50</sup> A população oficial portuguesa incluía os reinóis, que eram geralmente altos funcionários e fidalgos que vinham do Reino e para lá voltavam. E havia os solteiros. Entre estes não faltavam estrangeiros ou europeus de outras nacionalidades. Enquanto os *casados* se definiam com referência à localidade onde viviam, os solteiros não tinham residência fixa, e a partir dos meados do século XVI um número cada vez mais avultado dos casados optava por viver como solteiros, para escaparem à insegurança criada pelas ameaças holandesas e às pressões fiscais e militares a que se sentiam cada vez mais obrigados como casados. Segundo os cálculos de Sanjay Subrahmanyam, o número total dos portugueses no Estado da Índia não terá excedido 10,000 em qualquer altura do período estudado. Quase todos os que partiam para a Índia tinham a ambição de voltarem enriquecidos e os que não fossem já fidalgos ou nobres sonhavam com a possibilidade de adquirir títulos de nobreza. Sanjay Subrahmanyam conclui que o império asiático foi uma preciosa válvula de segurança social, que reduziu os conflitos sociais em Portugal continental. Discorda das interpretações marxistas (cita Magalhães Godinho) que vêem nesse processo um bloqueio ao desenvolvimento de

burguesia. Sanjay Subrahmanyam contra-ataca interrogando por que razão idêntico processo igual e o enriquecimento dos «nababos» não impediram o crescimento da indústria inglesa.

É muito interessante (devido às dificuldades em segui-los através da documentação oficial) a presença dos portugueses que viviam no Oriente, mas fora do controle administrativo do Estado da Índia. Muitos destes eram fugitivos por razões de crimes, mas havia outros que tinham vindo por razões de comércio privado ou como mercenários.<sup>51</sup> Esses geralmente mantinham a sua identidade de *firangis* ou portugueses, e podem ser ainda considerados com «quinta coluna» ou favoráveis aos interesses portugueses nos países onde viviam. Eram genericamente conhecidos por *alevantados*, mas os que abandonavam a fé católica e adoptavam, por exemplo, o Islão eram os *renegados*. Com raras excepções, os renegados viravam as costas à sociedade portuguesa na Ásia. Sanjay Subrahmanyam ilustra as carreiras de alguns destes renegados e mercenários. Mas mais importantes são algumas conclusões que Sanjay Subrahmanyam retira do seu estudo sobre a sociedade portuguesa não-oficial. Nessa categoria inclui os convertidos «aportuguesados» e considera que o seu total rondaria um milhão e meio na Ásia nos princípios do século XVII. Embora o autor tivesse renunciado a referir-se às dimensões culturais do império português, não deixa de fazer comentários que tocam directamente nessa questão. Fá-lo com um estilo discreto, que parece não querer ferir a sensibilidade dos seus amigos em Portugal. Afirma que os Paravas «nunca foram verdadeiramente *assimilados* na Ásia portuguesa, e conta o caso de D. Martinho, um príncipe de Arração que vivia em Goa como protegido dos Agostinhos e conseguiu ainda o Hábito de Cristo, mas que nunca conseguiu (como vários outros casos do mesmo género) integrar-se novamente no contexto social e político donde havia sido extraído. E conclui: «asiáticos como D. Martinho, embora até certo ponto assimilados e merecedores de títulos, privilégios e cargos no interior do Estado da Índia, quase nunca transpuseram o fosso para ser portugueses». E embora afirme logo a seguir que os factores responsáveis não eram exclusivamente de índole racial, acaba por dizer que, se a identificação *étnica* (será «étnico» diferente de «racial»?) não era suficientemente forte para discriminar, também não era suficientemente larga para permitir uma livre assimilação, apesar de laços comuns de religião e de língua. Julgo que é uma conclusão que distingue claramente a posição de Sanjay Subrahmanyam das posições defendidas por Luís Filipe Thomaz.

No mesmo capítulo Sanjay Subrahmanyam toca na «diáspora luso-asiática» e mostra-se convencido de que os portugueses dispersos no Oriente (com excepção dos renegados) mantinham

ciosamente as sua identidade portuguesa. Mas não resiste a comentar: « É irónico que sejam os conquistadores do século XVI, e não estes mercadores, padeiros e outros que “viviam honestamente” a ser lembrados, para melhor e para pior, quando se fala dos portugueses na Idade Moderna Asiática. Mas o nacionalismo, quer seja em Portugal, Ásia ou África, precisa de heróis e de vilões, de que são feitos os seus mitos».52

O capítulo final, que é também a Conclusão, coloca os portugueses «Entre Banditismo e Capitalismo», e não os considera assim piores ou melhores do que os seus outros rivais europeus que os expulsaram. Põe em questão o valor das teses dos historiadores, tanto portugueses como estrangeiros, que defendem a «missão universal» dos portugueses, ou dos que os acusam de crueldade e medievalidade. Não considera as «Companhias» como superiores nos seus métodos racionais, e não acha que elas tenham substituído o uso da força por maior concorrência no mercado. Parece no entanto que o autor extrapola os contextos históricos e não consegue evitar a armadilha de anacronismo histórico de que acusa os outros. É uma realidade ainda hoje que aqueles que têm maior esperança em se impor e retirar benefícios das suas actividades tentam convencer o resto do mundo da natureza civilizacional e democrática do comércio livre e da concorrência. Quando trata do mercantilismo português na primeira parte do estudo o autor descreve a grande diferença existente entre a organização comercial portuguesa e a das Companhias. Sabemos que o mercantilismo português ficou muito diluído, particularmente no Sudeste asiático, e as Companhias aprenderam muito com os portugueses no terreno. Mas seriam as motivações comerciais *oficialmente* defendidas e promovidas por todas as partes em jogo as mesmas?

Outra conclusão, mais importante, refere-se à posição Weberiana de muitos historiadores, e aponta particularmente para J.C. Van Leur e Steensgaard, que avaliaram os portugueses segunda uma escala cultural que via os portugueses como «cafres da Europa». Os portugueses não teriam tratado de modo muito diferente os povos colonizados de África e da Ásia. O argumento central de Sanjay Subrahmanyam neste seu estudo consiste em provar o dinamismo das instituições portuguesas através de todo o período estudado. Nesse sentido, Sanjay Subrahmanyam não hesita em criticar Vitorino Magalhães Godinho e a sua visão de um Portugal já condenado nos finais do século XVI ao atraso como consequência da falência da expansão comercial em influenciar as mentalidades, as atitudes e as estruturas arcaicas e senhoriais.

O estudo de Sanjay Subrahmanyam fornece-nos muita matéria para reflexão. Se eu exagerei e critiquei o seu dualismo metodológico, foi por não poder deixar passar manifestações tão evidentes dessa lógica binária quando o próprio autor tem insistido, noutros escritos e noutras ocasiões, na necessidade de analisar os motivos de «*todos* os agentes e participantes no mundo de negócios e política, não somente em termos pré-estabelecidos de funções e modelos de desenvolvimento *binários* (...), mas reconstituindo os contextos teóricos e materiais das acções».53 O estudo cobre *dois* séculos, termina com uma *dupla* causalidade final: «Sem a Companhia de Jesus, e sem a prata japonesa, a história dos portugueses na Ásia teria sido nos séculos XVI e XVII assaz diferente». O dinamismo português e o dinamismo asiático são apresentados como igualmente responsáveis pelos destinos dos portugueses no Oriente e pela maneira como se desenvolveram.

## Apêndice

### *O império asiático português: Uma história política e económica, 1500-1700*

Sanjay Subrahmanyam

#### *«Amostras da lógica binária ou história bicausal»*

Página	Texto
1	<i>Há menos de <b>duas</b> décadas, no rescaldo da «Revolução dos Cravos»....</i>
1	<i><b>Dois</b> mais enaltecidos poetas do Panteão Lusitano (Camões e Pessoa).</i>
2	<i><b>Dois</b> planos cruzados.</i>
9	<i>A utilidade destas fontes pode ser abordada sob <b>duas</b> formas.</i>
16	<i>Distinguem-se os estados asiáticos da época em <b>duas</b> categorias.</i>
26	<i>Há <b>duas</b> questões emaranhadas.</i>
30-31	<i><b>Dois</b> pilares do estado Mongol.</i>
36	<i>Há <b>dois</b> reparos a fazer.</i>
39	<i>Escolha entre <b>duas</b> categorias.</i>
	<i>Estado central tendia a actuar de <b>duas</b> formas.</i>
45	<i><b>Duas</b> características que definiram Portugal à nascença.</i>
54	<i>Verdadeiras motivações eram <b>duas</b> (de manter vivo o espírito anti-islâmico).</i>
	<i>A estratégia do estado no tempo de D. João era <b>bifurcada</b>.</i>
68	<i>Os <b>dois</b> primeiros sinais da impaciência (de D. João II).</i>
69	<i>São <b>duas</b> as ideias-chave que destacámos até aqui.</i>
72	<i>O plano de D. Manuel consistia em efectuar um ataque em <b>duas</b> frentes sobre o reino Mameluco.</i>
	<i><b>Dois</b> princípios orientadores da política ultramarina de D. Manuel.</i>
73	<i>Optamos por tratar aqui de <b>dois</b> aspectos de estratificação (social).</i>
77	<i><b>Dois</b> modelos e a sua lógica.</i>
79	<i><b>Dois</b> problemas a respeito da primeira expedição de Vasco da Gama.</i>
81	<i>Há <b>dois</b> reparos a fazer.</i>
85	<i>Existem <b>dois</b> motivos para tal (perda de navios na rota do Cabo entre 1497-1510).</i>
97	<i>A oposição (a Afonso de Albuquerque) tomou <b>duas</b> formas concretas.</i>
105	<i>Baçaim parece ser tomada por <b>duas</b> razões.</i>

115 (Duas) características da primeira metade do reinado (de D. João III).  
 119 Os jesuítas e a Inquisição são **dois** dos mais significativos símbolos da mudança da política social.  
 123 Há **duas** respostas a esta questão (da escolha de frentes).  
 128 Esta preocupação com a Ásia do Sueste é claramente expressa de **dois** modos.  
 133 Há dois aspectos a destacar destes números (rendimentos de Ormuz).  
 152 Um período em que duas tendências procuram dominar.  
 153 Há aqui a considerar **duas** iniciativas principais--- e podem-se apontar **duas** explicações.  
 171 Os cristãos-novos tinham **duas** escolhas (perante a Inquisição).  
 177 **Duas** destas propostas acabaram por dar alguns resultados.  
 180 Parece ter tido **duas** causas principais (a desintegração política de Pegu).  
 192 **Dois** problemas surgiram a partir da década de 1570.  
 202 Explica-se em grande parte por **dois** factores.  
 241-42 Duas grandes tendências (da política japonesa).  
 246 Os apoios sociais do domínio Habsburgo ... provinham de **dois** sectores.  
 250 À lógica de Pereira deparavam-se **dois** problemas.  
 257 Podemos encarar os anos entre 1665 e o fim do século sob **duas** perspectivas.  
 268 Há **dois** aspectos notáveis nos dados dos orçamentos da década de 1680.  
 275 Os Estado da Índia tinha **dois** caminhos possíveis (para enfrentar os Maratas).  
 286 O caso do Coromandel ... pode ser dividido em **duas** partes.  
 291 Conflitos endémicos entre **duas** facções portuguesas em São Tomé.  
 300 Convém fazer dois reparos.  
 302 Os principais problemas eram sobretudo **dois**.  
 309 Não deixam de ser limitados em **dois** aspectos.  
 315 As **duas** categorias, a dos casados «brancos» e dos religiosos...  
 373 As suas razões eram **duas** (do conde de Linhares).  
 389 Em suma os **dois** séculos em causa...  
 391 Sem a Companhia de Jesus e sem a prata japonesa a história dos Portugueses na Ásia teria sido nos séculos XVI e XVII assaz diferente!

<sup>1</sup> “Evolution and Empire: The Portuguese in the Indian Ocean during the 16th century”, in *The Political Economy of Merchant Empires*, ed. James D. Tracy, Cambridge & N. York, 1991.

<sup>1</sup> Em colaboração com Geneviève Bouchon, *Voyage dans les Deltas du Gange et de l'Irraouaddy -- Relation portugaise anonyme (1521)*, Paris, 1988.

<sup>54</sup> Sanjay Subrahmanyam, *The Portuguese Empire in Asia*, London: Longman, 1993, p. xii.

<sup>1</sup> *Firangi* é uma designação genérica para os Europeus no Oriente. Provavelmente deriva dos primeiros contactos europeus através dos cruzadas franceses. Os portugueses são conhecidos por *paklé* em Konkani, língua vernácula e oficial de Goa. O termo parece ter-se originado de *pak* ou pena, plumagem, que os portugueses

traziam nos seus bonés. Os ingleses, por exemplo, eram conhecidos no território Marata da Índia vizinha como *topikar*, ou utentes de chapéus.

<sup>55</sup> Vale a pena consultar a publicidade histórica (com pretensões históricas), tanto oficial como privada, que em Portugal tentou agitar a opinião pública portuguesa (e internacional?) sobre o «caso de Goa». Um caso paradigmático: António dos Mártires Lopes, *Goa, criação de Portugal*, Lisboa, 1956. Um goês e funcionário português em Goa até 1961. Há quem se lembre da sua cumplicidade com PIDE na campanha de contra-informação no «caso de Goa». Numa conferência na Casa de Goa em Lourenço Marques em 1973, Mártires Lopes chegou a citar Karl Marx para afirmar que «A sociedade indiana não tinha absolutamente história, ao menos não tinha história conhecida(...) Foi esta a Índia, foi esta a Goa que Albuquerque encontrou à sua chegada»! Cf. António dos Mártires Lopes, *Portugal na Índia*, Lourenço Marques, Imp. Nac., 1974.

---

\* Professor de História Económica e Social no Instituto Superior de Matemática Aplicada e Gestão (ISMAG/ Universidade Lusófona, Lisboa). Director do Centro de Estudos Luso-Asiáticos da mesma Universidade. Sócio da Academia Portuguesa da História desde 1983. Autor de *Goa Medieval*, Lisboa (Ed. Estampa), 1994 (1ª ed. inglesa, Nova Deli, 1979), *Goa to Me* (Nova Deli, 1994) e de vários outros estudos de investigação sobre a presença portuguesa na Índia.

## REFERÊNCIAS E NOTAS

<sup>1</sup> «Roundtable: Notes on Sanjay Subrahmanyam, *The Portuguese Empire in Asia, 1500-1700: A Political and Economic History*», *International Journal of Maritime History*, vol. 5, n. 2, December 1993, pp. 221-253.

<sup>2</sup> Luís de Albuquerque, *Dúvidas e Certezas dos Descobrimentos Portugueses*, Lisboa, 2ª ed., 1990, p. 7.

<sup>3</sup> Encontram-se editadas as actas destes seminários. Cf. Teotónio R. de Souza, *Indo-Portuguese History: Old Issues, New Questions*, Nova Deli: Concept Publ., 1985; Teotónio R. de Souza & Charles J. Borges (eds.), *O Estado da Índia e a Província do Norte (Mare Liberum, Nº.9, Julho 1995)*, Lisboa.

<sup>4</sup> «The Indian Merchant Communities in Malacca under the Portuguese Rule», *Indo-Portuguese History: Old Issues, New Questions*, ed. Teotonio R. de Souza, New Delhi, 1985, pp. 56-72.

<sup>8</sup> Talvez os leitores dos estudos de Sanjay Subrahmanyam nos anos 90 digam o mesmo que ele dizia dos historiadores do mundo da expressão inglesa, que adquiriam conhecimentos de segunda mão sobre o *Estado da Índia* através dos estudos de Steensgaard e de Pearson nos anos 70 e 80. Cf. Sanjay Subrahmanyam, «A matter of alignment: Mughal Gujarat and the Iberian world in the transition of 1580-81», *Mare Liberum*, Vol. 9, Lisboa, 1995, p. 479, n. 60.

<sup>11</sup> J.C. van Leur, *Indonesian Trade and Society: Essays in Asian Social and Economic History*. The Hague, 1955; N. Steensgaard, *The Asian Trade Revolution of the Seventeenth Century*, Chicago, 1974; M.N. Pearson, *The Portuguese in India*. Cambridge, 1981; S. Subrahmanyam, *The Political Economy of Commerce: Southern India, 1500-1650*. Cambridge, 1990.

<sup>12</sup> A viúva era queimada juntamente com o cadáver do marido. Acreditava-se que assim continuava a ser companheira (*sati*) ao marido noutra vida. Mas era um costume que tentava poupar a viúva das humilhações e sofrimentos numa sociedade em que ela teria pouca protecção.

<sup>13</sup> Perante a controvérsia dos arquivos de PIDE em Portugal, seria interessante saber o que se diria do direito das ex-colónias de reaver todo o tipo de documentação que considerem ser sua propriedade, e não dos arquivos portugueses. E isso para além do que ficou dos arquivos do tribunal militar de PIDE em Goa. Felizmente, muitas vítimas de PIDE gozam de pensões em Goa devido a ajuda documental do arquivo que ficou mais ou menos intacto.

<sup>14</sup> John Correia-Afonso, *Intrepid Itinerant*, Bombay, Oxford University Press, 1990, p. 3-4.

---

<sup>15</sup> Teotonio R. de Souza, *Goa: Roteiro Histórico-Cultural*, Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1996, pp. 61-72.

<sup>16</sup> Sanjay Subrahmanyam, "The 'Kaffirs of Europe': A comment on Portugal and the historiography of European expansion in Asia", *Studies in History*, 9,1, n.s (New Delhi, 1993). Defende que Portugal sempre foi marginal aos olhos da Europa, com uma pobre imitação de Paris por sua capital, uma cultura considerada provinciana, e as suas elites buscando fora do país o seu sustento intelectual. Cf. Sanjay Subrahmanyam, *O império asiático português*, Lisboa, Difel, 1995, p. 386: « A imagem dos portugueses como «cafres da Europa» aos olhos dos outros europeus da primeira metade deste século, não era de certa forma muito diferente do modo como se encaravam os países colonizados de África e da Ásia. Tal como o «atraso» destes era frequentemente explicado pelos seus sistemas culturais, também Portugal era assim considerado.»

<sup>17</sup> *Viagem de Francisco Pyrard de Laval*, trad. J.H. da Cunha Rivara, II, Nova Goa, 1862, p. 104.

<sup>18</sup> Francisco de Souza, *O Oriente Conquistado a Jesus Christo pelos Padres da Companhia de Jesus*, 2ª ed., Bombaim, 1886, P.II, p. 336.

<sup>19</sup> A. Mathias Mundadan, "Church and Missionary Works on Indo-Portuguese History", in *Indo-Portuguese History: Sources & Problems*, ed. J. Correia-Afonso, Bombay, 1981, pp. 13-15.

<sup>20</sup> C.R. Boxer, *O Império Marítimo Português, 1415-1825*, Lisboa, ed. 70, p. 198.

<sup>21</sup> Teotonio R. de Souza, *Goa Medieval*, p. 204, App. A-4. O Governo eleito de Goa acabou esse sistema de semi-escravidão e de exploração social e económica em Goa com várias medidas legislativas após 1961; Teotonio R. de Souza, *Goa: Roteiro histórico-cultural*, pp. 39-40.

<sup>22</sup> Biblioteca Nacional (Lisboa), *Cod. 179: Memórias e documentos para a história eclesiástica na Asia, 1728-1729*, fls. 11-13v.

<sup>23</sup> Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa), *Cod. 446*, fls. 75-75v.

<sup>24</sup> A.F. Moniz, *Notícias e Documentos para a história de Damão*, II, Bastorá, 1904, p. 53.

<sup>25</sup> K.S.Singh, (Gen. ed.) *People of India: Goa*, Bombay, 1993. É uma obra de referência mais actualizada sobre o assunto.

<sup>26</sup> Teotónio R. de Souza & Charles Borges, *Jesuits in India: In historical perspective*, Macau: ICM, 1992, pp. 37-47.

<sup>27</sup> Doutor Francisco Luís Gomes foi deputado de Goa para as Cortes em Lisboa, e tem uma Avenida em seu nome em Lisboa. A Sociedade de Geografia de Lisboa dedicou-lhe uma sessão solene em 1929, por ocasião do centenário do seu nascimento. Notabilizou-se como orador, político, jornalista, e historiador.

<sup>28</sup> Ver a minha Introdução para a versão inglesa de Cunha Rivara, *Goa and the Revolt of 1787*, Nova Deli, Concept Publ. Co., 1996, pp. 9-17. É a primeira versão inglesa da sua obra *A Conjuração de 1787 em Goa e várias cousas desse tempo*, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1875.

<sup>29</sup> Teotónio R. de Souza, ed. *Goa Through the Ages: An Economic History*, II, New Delhi, pp. 83-84.

<sup>30</sup> Teotonio R. de Souza, *Goa Medieval*, Lisboa, Ed. Estampa, 1994, p. 54, 241-5.

<sup>31</sup> *Gazetteer of Bombay Presidency: Kanara District*, Vol. XV, Part-I (1883, Reprint of 1991), pp. 136-172.

<sup>32</sup> *Congresso Provincial da Índia Portuguesa: Subsídios para sua história*, ed. A. Maria da Cunha, Vol. I, Nova Goa, 1924, pp. 235 seqs. : Indica as discrepâncias nas estatísticas da emigração no censo do território português e dos números dos registados nos censos da Índia inglesa. Refere às mulheres católicas goesas em Bombaim envolvidas em prostituição e com doenças venéreas. Levanta questões sobre o carácter patológico da emigração indo-portuguesa.

<sup>33</sup> Teotónio R. de Souza, "Church Card or People's Card in Goan Politics?", *Boletim do Instituto Menezes Bragança*, Nº 166 (1992).

<sup>34</sup> Geneviève Bouchon, "Timoji, un corsaire indien au service du Portugal (1498-1512)", *Portugal e o Oriente*, Lisboa, 1994: pp. 9-25.

<sup>35</sup> Teotónio R. de Souza, "Uns Confessionários Inéditos" , *Amar, Sentir e Viver a História* (Estudos de Homenagem a Joaquim Veríssimo Serrão), Lisboa, 1995, pp. 1087-1102. Embora no século XVII houvesse jesuítas e franciscanos que deixaram exímias provas da sua capacidade de aprender o Konkani, já não precisavam dos mesmos esforços na altura em que o sistema colonial se achava bem firmado. Chegara a hora de impor a língua colonial aos naturais. Os franciscanos em 1728 já sentiam a dificuldade de aprender o Konkani:



---

«seria escuzado aos Regulares o ónus de aprenderem a língua por ser muito difficultosa de aprender, mais deficultosa ainda a pronúncia, e mais difficultoso o pregar nella...» Cf. BNL, *Cod. 179, fl-59*.

<sup>36</sup> Na década de 1961-71 Goa registou um crescimento demográfico de 38,5 %. O aumento não se explica somente com a entrada de grande número de trabalhadores dos Estados vizinhos. Muitos emigrantes voltaram para ficar, e poucos saíam.

<sup>37</sup> Separata do *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, Bastorá, 1953.

<sup>38</sup> Vassalo e Silva, «*Dossier*» *Goa: A recusa do sacrifício inútil*, Coord. Botelho da Silva, Lisboa, 1975, p. 101; Carlos A. de Moraes, *A Queda da Índia Portuguesa*, Lisboa, Ed. Estampa, 1995, pp. 341-2.

<sup>39</sup> A comunicação social anunciava recentemente que “oito timorenses envolvidos numa revolta contra as autoridades coloniais portuguesas em 1959” queriam voltar ao território com o estatuto de transmigrantes indonésios. Informava-se também que “outros timorenses envolvidos na revolta de 1959 foram recentemente condecorados em Jacarta”.

<sup>40</sup> Maria M. Stocker, “O Vaticano no caso de Goa”, *O PÚBLICO*, Lisboa, 20 Agosto 1995, p. 13.

<sup>41</sup> P.P. Shirodkar, “Insurgency, 1857 Mutiny in Western India and the Portuguese”, II *Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, ed. L.de Albuquerque e Inácio Guerreiro, Lisboa, 1985, pp. 799-824.

<sup>42</sup> Sanjay Subrahmanyam aproveita dos estudos de Luís Filipe Thomaz sobre esses conflitos faccionais dos Portugueses no Oriente, e desenvolve as suas ramificações e consequências no capítulo seguinte da obra. Sanjay Subrahmanyam está integrado no quadro docente de **Delhi School of Economics**, da Universidade de Delhi, que é responsável pela redacção da revista em que se publicou o estudo de Luís Filipe Thomaz, «Factions, interests and messianism: The politics of Portuguese expansion in the east, 1500-15221», *The Indian Economic and Social History Review* 28, 1 (New Delhi, 1991).

<sup>43</sup> Citado por Luís Filipe Thomaz, «Factions, ....», p. 99, n.5.

<sup>44</sup> Há indicações neste livro de simpatia justificada pela causa portuguesa, mas uma afirmação destas parece ser algo apressada e tenta confundir um problema que está mais ligado com uma época posterior. Cf. G.V. Scammell, «Essay and Reflection: On the Discovery of the Americas, Absolutism, and Racism in Early Modern Europe», apud *Ships, Oceans and Empire*, London, Variorum Reprints, 1995, pp. 502-521, onde fornece um contexto mais abrangente e que pode servir para uma boa compreensão do assunto.

<sup>45</sup> Fazia muita falta um estudo em que se analisasse em conjunto as origens sociais e as inter-ligações dos vice-reis e governadores do Estado da Índia. Temos enfim uma valiosa contribuição nesse sentido de Mafalda Soares da Cunha e Nuno Gonçalves Monteiro, «Vice-reis, governadores e conselheiros de Governo do Estado da Índia, 1505-1834: Recrutamento e caracterização social», *Penélope*, n. 15, 1995, pp. 91-120. Os autores chegam à conclusão que «com excepção de alguns eclesiásticos, juristas e membros de juntas provisionais vintistas, todos aqueles que desempenharam ao longo de mais de três séculos os vários ofícios correspondentes ao governo do Estado da Índia eram, não apenas nobres, mas fidalgos de linhagem.» (p. 91).

<sup>46</sup> Maria José P. Ferro Tavares, «Judeus, Cristãos-Novos e o Oriente». *Estudos Orientais III*, Lisboa, Universidade Nova, pp. 49- 62; José Alberto Rodrigues da Silva Tavim, «Os judeus e a expansão portuguesa na Índia durante o séc. XVI», *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian, XXXIII*, Lisboa-Paris, 1994, pp. 137-260. Não trata desse período mas havia continuidade na política de desconfiança. Os judeus eram tolerados sobretudo por causa da sua importância para a rede de espionagem de que o Estado da Índia precisava.

<sup>47</sup> Celsa Pinto, *Trade and Finance in Portuguese India*, New Delhi, 1994.

<sup>48</sup> Fernand Braudel, *A Dinâmica do Capitalismo*. Lisboa: Teorema, 1985, p. 96. Braudel cita um ensaio publicado por Richard T. Rapp no *Journal of Economic History* (1975) em que este historiador demonstrou que o «mundo mediterrâneo, a partir de 1570, foi dilacerado, agitado, pilhado pelos navios e comerciantes nórdicos, e que estes não edificaram a sua primeira fortuna graças às Companhias das Índias, nem às suas aventuras pelos sete mares. Lançaram-se sobre as riquezas do mar Interior e apoderaram-se delas por todos os meios, melhores ou piores. Inundaram o Mediterrâneo de produtos baratos, frequentemente com peças de chamalote, que imitavam deliberadamente os excelentes têxteis do Sul, e adornavam-nas com os selos venezianos de fama universal.»

<sup>49</sup> Há outros erros da versão inglesa que ficaram na versão portuguesa, como Gonçalo de Siqueira (em vez de Silveira). No entanto entrou Wegger como nova casa comercial! E Pipli não estará mal situado no mapa do

---

Golfo de Bengala? Seria importante o autor ter tido oportunidade de rever a tradução antes da publicação. Consta que isso não aconteceu.

<sup>50</sup> José Alberto Rodrigues da Silva Tavim, *op. cit.*. Bocarro parece ter aprendido a distinguir entre os «brancos» e «pretos» na comunidade judaica de Cochim, onde viveu durante algum tempo.

<sup>51</sup> Timothy Coates, *Exiles and orphans: Forced and State-sponsored colonizers in the Portuguese Empire*, Minnesota University, 1993. Tese de doutoramento ainda não publicada. Também Maria Augusta Lima Cruz, «Exiles and renegades in early sixteenth century», *The Indian Economic and Social History Review*, xxiii, 3, 1986. (trad. Sanjay Subrahmanyam).

<sup>52</sup> S. Subrahmanyam, *O Império asiático português*, p. 379.

<sup>53</sup> Sanjay Subrahmanyam, «A matter of alignment: Mughal Gujarat and the Iberian world in the transition of 1580-81», *Mare Liberum*, Vol. 9, Lisboa, 1995, p. 476. Os itálicos na citação são da minha responsabilidade.